MÉXICO (1994-2003): INSERÇÃO INTERNACIONAL E DESARTICULAÇÃO LOCAL

Hamilton de M. Ferreira Jr.[1]

Vítor Araújo Filgueiras[2]

Resumo: Este trabalho analisa algumas implicações do processo de re-integração da economia mexicana ao circuito preferencial do grande capital internacional, posição da qual foi preterido quando da crise da dívida externa, no começo da década de 1980. Entende-se que essa re-integração, engendrada por meio da implantação do modelo neoliberal no país, foi uma estratégia para reproduzir, em outras bases, um processo de desenvolvimento dependente-associado. A hipótese aqui presente é que tal intento não se efetivou, pois, mesmo com a reintegração ao lugar de parceiro principal do grande capital internacional, o México obteve desempenho econômico pífio, seja qual for o indicador utilizado. A economia mexicana sofreu um processo de desarticulação das cadeias produtivas internas, de modo que o crescimento do setor externo é independente do conjunto do sistema produtivo local.

Palavras-chave: dinâmica externa; integração econômica; desestruturação local.

Área de Interesse: Economia Política, Capitalismo e Socialismo.

Sub-área: (07) Economia Política do Desenvolvimento

1. Introdução

O objeto deste estudo é o atual modelo de desenvolvimento em voga no México, mais precisamente trata-se de avaliar a sua relação com o desempenho da economia mexicana no período de 1994 a 2003. A implementação de tal modelo é concomitante (e tem como elemento essencial) ao rearranjo da inserção do México na economia mundial que, segundo nossa ótica, tem como um de seus momentos principais a assinatura do Tratado de Livre Comércio de América do Norte (TLCA, ou NAFTA, em inglês). Portanto, o NAFTA e seus possíveis efeitos no decênio 1994-2003, obtêm destaque neste texto.

---

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia.
[2] Mestrando em Ciência Política na UNICAMP.

Ao longo do trabalho ficará evidente que o México efetivamente reingressou no circuito preferencial do grande capital internacional, tanto financeiro quanto produtivo. O problema que se apresenta, a partir daí, é o seguinte: esta tentativa de reprodução, em outras bases, do que já se chamou de dependência-associada, afetou positivamente o desempenho econômico mexicano entre 1994 e 2003?

Nossa hipótese é que a forma como se deu a re-inserção do México no circuito preferencial do grande capital internacional teve como corolário a simplificação da economia nacional, através da desestruturação produtiva interna e a manutenção dos baixos níveis de investimento registrados na década de 1980. As conseqüências mais importantes de tal determinação estão na desarticulação da economia mexicana e apresentação de taxas modestas de incremento do PIB.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se comparar os dez anos (1994-2003) da economia mexicana com períodos pretéritos, bem como com países semelhantes no mesmo período (1994-2003), caso do Brasil e da Coréia do Sul. Será cotejado também o crescimento do PIB mexicano com o produto dos EUA, que é a economia com a qual o México institucionalizou sua articulação.

2. O desempenho macroeconômico (1994-2003)

Há um relativo consenso sobre quais foram os principais elementos constituintes do processo de reformas, sejam elas: abertura do mercado doméstico para o comércio exterior, desregulamentação da economia, privatização das empresas públicas e liberalização financeira.[3] Da perspectiva em que apresentamos o NAFTA, este é elemento essencial e de radicalização do processo de integração da economia mexicana à economia mundial.

É importante apresentar quais os resultados obtidos pela economia mexicana e, por conseguinte, também do NAFTA, nos 10 primeiros anos de vigência do acordo. Inicialmente, isso será feito com base em indicadores da dinâmica macroeconômica do país. O primeiro fato concernente às conseqüências do MN, e um dos mais relevantes, é que o processo de abertura produziu um grave desequilíbrio externo na economia mexicana. Após a crise de 1982, a conta corrente do balanço de pagamentos oscilou entre déficits e superávits.[4] Com o aprofundamento da implementação da integração – a radicalização da

[3] Ver: Ferreira (1994), Moreno-Brid, Peres e Mattar (2002)

[4] Os dados dos próximos parágrafos foram obtidos pelo Banco de Dados da América Latina (DBLA).

abertura comercial – os déficits passaram a ser constantes, atingindo quase 5% do PIB, já em 1991.

Esse patente desequilíbrio, associado à desregulamentação da conta capital, foi responsável pela crise de 1994-1995. A despeito daquele desastre, ainda hoje o México não está livre de eventuais crises no balanço de pagamentos, pois permanece no país a combinação explosiva de câmbio sobrevalorizado e fluxos de capitais financeiros desregulamentados. Mesmo com um elevado nível de reservas (US$58 bilhões, ao final de 2003), a grande mobilidade de capitais pode desencadear, em caso de turbulências de qualquer origem, a fuga maciça de recursos e conseqüente crise cambial.

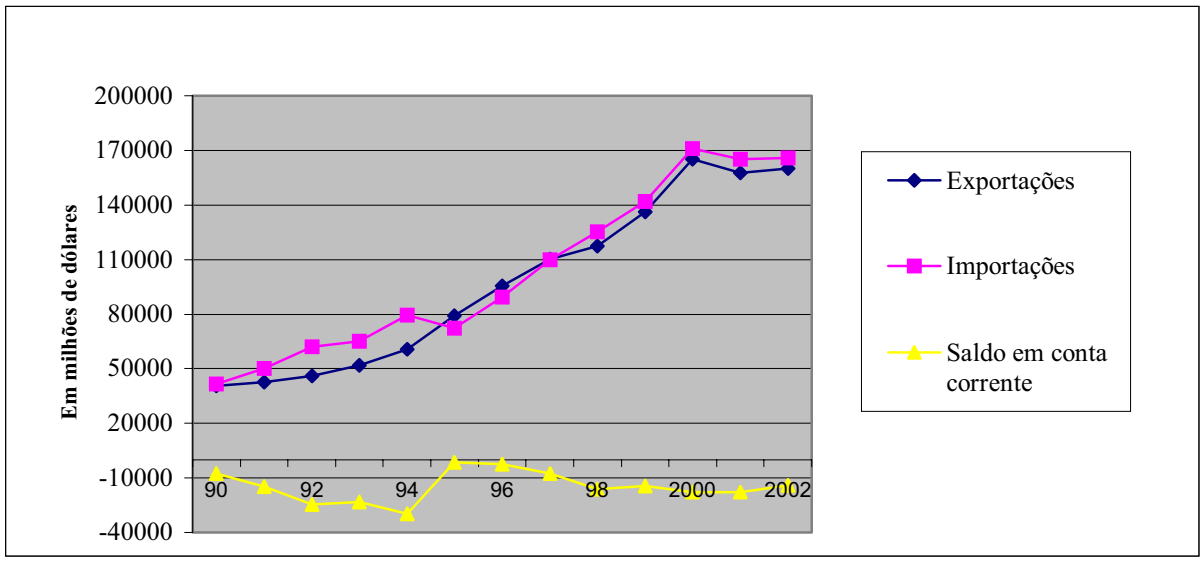


Gráfico 1 – Setor externo mexicano (1990-2002)

Fontes: DBLA e OECD

O Gráfico 1 não deixa dúvidas relativamente ao crônico déficit em transações correntes apresentado pelo balanço de pagamentos mexicano desde 1990. Na maioria dos anos esse saldo negativo supera os US$ 10 bilhões anuais. Apenas em 1995, epicentro da crise cambial, o déficit foi arrefecido, posteriormente retomando sua trajetória negativa.

O desempenho macroeconômico mexicano entre 1994 e 2003, no que concerne ao nível de atividade, pode ser dividido em três momentos. O primeiro, logo no ano da implementação do NAFTA, é marcado pela maior crise da economia do México desde a depressão de 1929

(MORENO-BRID; ROS, 2004), com uma queda de mais de 6% do PIB em 1995. O segundo intervalo, entre 1996 e 2000, marca a recuperação da economia mexicana, ancorada nas vendas externas e no ciclo de crescimento dos EUA. Por fim, após cinco anos de crescimento, entre 2001 e 2003 a economia volta a patinar, com queda do PIB *per capita* nos três anos consecutivos.

Em fins de 1994, a despeito do grande déficit em conta corrente que o balanço de pagamentos vinha apresentando, não houve desvalorização do câmbio, a partir da justificativa de que seria estimulada a inflação e que "seriam enviados sinais alarmantes ao mercado", aumentando a saída de capitais e provocando uma crise do balanço de pagamentos (MORENO-BRID; ROS, 2004, p.51). Com ou sem "sinais alarmantes", os capitais financeiros de curto prazo abandonaram abruptamente o México, provocando a primeira grande crise cambial num país periférico. Elevação abrupta da inflação, queda do PIB e aumento do desemprego foram as conseqüências mais notáveis da crise.

Como foi apresentado, após cada crise do MN, apesar de ser aparentemente contraditório, as políticas do modelo têm sido radicalizadas na América Latina. Assim, com a eclosão da crise de 1994, a política recessiva foi aprofundada no México via restrição fiscal e monetária, além de ter sido acelerado a instituição das reformas liberalizantes (MATTAR; HERNANDEZ, 2002).

Após a grande recessão de 1995, a economia mexicana conseguiu se recuperar. Formatou-se uma onda de crescimento entre 1996-2000, que esteve estritamente ligada ao rápido incremento das exportações puxadas pelo ciclo de crescimento norte-americano (MORENO-BRID; ROS, 2004). Houve elevação do produto sempre acima de 3% ao ano, com destaque para os anos 1996 e 2000, que apresentaram incremento do PIB superior a 5%. Esses cinco anos de incremento consecutivo do PIB criaram uma série de expectativas otimistas, como uma suposta aproximação dos níveis de desenvolvimento mexicano e estadunidense.[5]

Contudo, em 2001, com o desaquecimento da economia dos EUA, termina o ciclo de crescimento mexicano. As exportações mexicanas tiveram seu processo de crescimento estagnado, e a interrupção do incremento do PIB apenas evidenciou a dependência quase total do nível de atividade da economia local em relação às vendas externas. Além da

[5] Ver World Bank (2003).

recessão norte-americana, Moreno-Brid, Peres e Mattar (2002) responsabilizam a valorização do peso frente ao dólar pelo desaquecimento da produção no México. Assim, no triênio 2001-2003 desfez-se o mito do crescimento sustentável mexicano que já fora criado. Houve queda do PIB *per capita* nos três anos consecutivos.

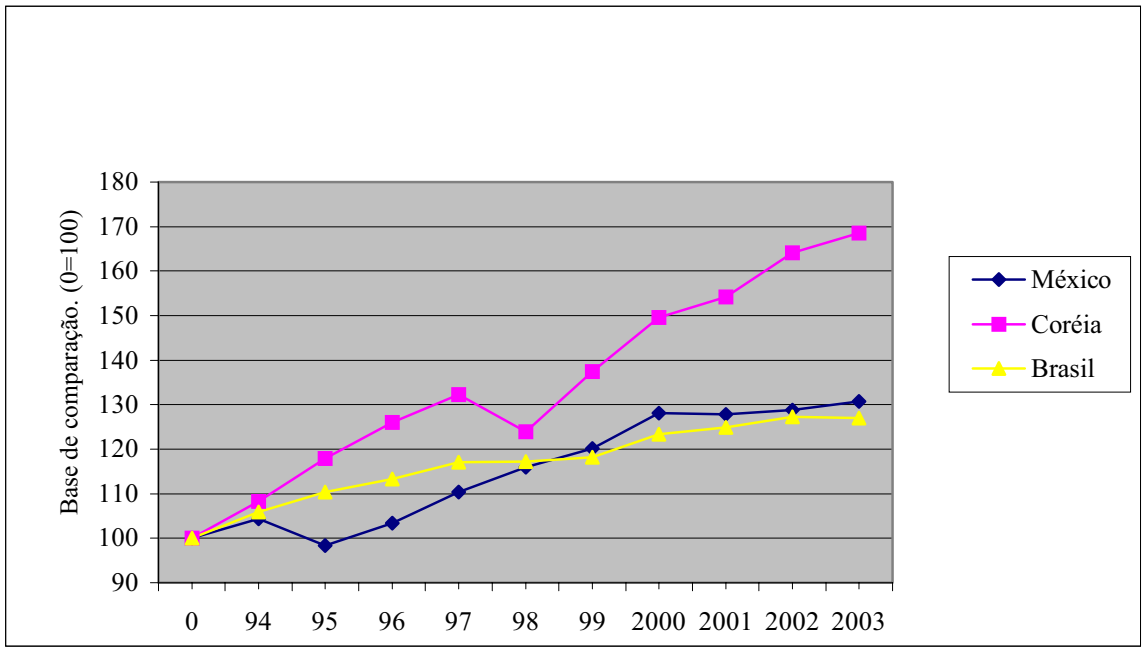


Gráfico 2 – Comparação do crescimento do PIB real: México, Coréia e Brasil, partindo da mesma base.

Fontes: OECD e IBGE.

O Gráfico 2 fornece uma comparação entre o desempenho de três das maiores economias periféricas do mundo, entre 1994 e 2003. Supôs-se que México, Brasil e Coréia estivessem no mesmo ponto inicial em 1993, para posteriormente cotejar a trajetória do crescimento do PIB das três nações. A observação do Gráfico evidencia que nem toda a periferia obteve resultados medíocres no período.

O Brasil e o México mantiveram desempenho muito semelhante nos 10 anos contemplados pelo Gráfico 2. O México apresenta leve variação em relação ao Brasil por conta da recessão verificada neste em 2003. A importância da comparação entre os dois países reside

na explicitação do desempenho questionável da economia mexicana entre 1994 e 2003. Apesar do ingresso no NAFTA ter sido apresentado como porta de entrada mexicana para o primeiro mundo (CANO, 1998), seu crescimento econômico foi quase idêntico ao experimentado no Brasil, onde se considera os anos 1990 como uma segunda "década perdida".

A Coréia do Sul, por outro lado, apresentou trajetória bastante distinta de México e Brasil. Mesmo com a grave crise cambial de fins de 1997, a economia do país cresceu a taxas significativas entre 1994 e 2003. Mesmo tendo aderindo à parte da plataforma liberalizante, o país pôde competir internacionalmente com a economia relativamente aberta. Assim, a inviabilidade do desenvolvimento periférico na atual conjuntura do sistema capitalista parece reservada aos latinos do continente americano.

A economia mexicana não evoluiu confortavelmente após sua re-inserção na economia mundial (MORENO-BRID; ROS, 2004). Ao contrário, os resultados da dinâmica macroeconômica mexicana entre 1994 e 2003 são, no mínimo, problemáticos. Além do déficit permanente em conta corrente a trajetória do PIB foi oscilante e, ao findar o período, revelava um crescimento médio muito abaixo das taxas históricas do pós-Segunda Guerra Mundial.

3. Dinâmica dos investimentos diretos externos (IDE) e dos fluxos comerciais no período pós-NAFTA (1994-2003)

Após o esgotamento[6] do Modelo de Substituição de Importações (MSI) foi implantada no México uma estratégia de desenvolvimento voltada para a coordenação do mercado e da iniciativa privada frente ao Estado como agente propulsor da economia. Pelo seu norte privatizante e liberalizante, e em face de sua similitude relativamente aos modelos adotados em outros países latino-americanos, optamos por chamá-lo de Modelo Neoliberal (MN), a despeito das controvérsias que tal denominação possa suscitar. O ponto seguinte tem por objetivo apresentar alguns efeitos da re-inserção mexicana no circuito preferencial do grande capital internacional. Mostrar-se-á que o corolário do retorno do México à posição de importante parceiro do grande capital internacional – da qual havia sido afastado nos

[6] Contradizendo a visão dominante, Moreno-Brid e Ros (2004, p.56) afirmam que "por mais que não se esteja disposto a defender todos os aspectos das estratégias (mexicanas) de desenvolvimento do passado, não havia razão para definir que a crise se deveu ao esgotamento das ditas estratégias".

anos 1980 – foi a manutenção de baixos níveis de investimentos e a separação entre o aparelho produtivo local e a produção de mercadorias para exportação.

3.1 As evidências da re-inserção mexicana

A década de 1980 foi um período de escassez de recursos externos para os países capitalistas retardatários, particularmente os da América Latina. Os IDE preteriram a região, passando a se concentrar entre os próprios países avançados, ou migrando para a Ásia. Além disso, os recursos em forma de capital financeiro abandonaram as nações latino-americanas após a crise da dívida, no começo da década. O México, assim como o resto da periferia do continente, encontrou imensas dificuldades para retomar o processo de avanço das forças produtivas locais, dada a condição de dependência em que estruturalmente se encontravam – a despeito dos progressos do período de vigência do MSI. Na realidade, a partir de 1982, até o final da década, a economia mexicana oscilou entre a estagnação e a recessão, com média de incremento do PIB inferior a 1% ao ano.[7]

Os anos 1990 trouxeram consigo alterações significativas no que tange aos fluxos de recursos entre o centro capitalista e a periferia latino-americana. Após quase uma década de penúria, os capitais externos voltaram a freqüentar o território abaixo do rio Grande, principalmente os grandes países da região (México, Brasil e Argentina). No México, que iniciou as chamadas reformas a partir de meados dos anos 1980, os IDE retornaram de forma significativa a partir de 1991 (passando de US$ 2 bi para US$ 4 bi) e apresentaram grande incremento depois de 1993 (US$ 15 bi, em 1994). A hipótese mais divulgada atribui a volta dos recursos às reformas, contudo, cabe ao menos questionar se os recursos externos, numa conjuntura de transbordamento como aquela, não teriam aportado em grandes países atrasados que selecionassem a adoção de outras políticas e não apenas as liberalizantes.[8]

Independente dos determinantes externos, o fato concreto é que o México efetivamente voltou a ser rota preferencial do circuito do grande capital internacional. O crescimento dos IDE foi patente, bem como o retorno dos capitais financeiros. Na década de 1980 a entrada

[7] Dados do BANXICO.

[8] A implantação de controle dos fluxos de capitais financeiros em alguns países periféricos (Argentina, Chile e Malásia, por exemplo) não provocou qualquer reversão de tendência na entrada de recursos nestas nações.

de IDE no México variava entre US$ 1 e US$ 2 bilhões anuais. No período concernente à presente pesquisa (1994-2003) os investimentos estrangeiros foram seguidamente superiores a US$ 10 bilhões anuais.

Tabela 1 - Investimento Externo Direto aportado no México, em US$ bilhões

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
15.062,7	9.654,5	9.960,6	14.195,1	12.284,8	13.165,6	16.448,7	26.569,2	14.435,3	10.731,4

Fonte: MÉXICO. Ministério da Economia (2004).

Além da implementação das reformas, a participação no NAFTA é usualmente apontada como provável responsável por este aumento significativo e, em grande medida, certamente o é. Mais uma vez, deve-se ressaltar, contudo, que países como Brasil e Argentina, mesmo não fazendo parte de acordos comerciais com países ricos, também foram grande receptores de IDE na década de 1990.[9]

A partir dos anos 1990 o México também passou a ser palco preferencial para o aporte de capitais financeiros internacionais, que se somaram aos citados recursos externos produtivos no financiamento da economia local. O pico da entrada de capitais em portfólio ocorreu em 1993, quando cerca da US$ 29 bilhões penetraram no México. A crise de fins de 1994 estimulou a saída de quase US$ 10 bilhões no ano seguinte. Contudo, os capitais de curto prazo voltaram a financiar a economia mexicana a partir de 1996 (MORENO-BRID, PERES e MATTAR, 2002). Nesse caso, como na questão concernente aos IDE, cabe o dissenso entre o retorno dos recursos por conta do recrudescimento das reformas, ou motivado pelo escoamento generalizado de capitais financeiros após a crise.

Além do aumento contínuo e significativo dos IDE e dos capitais financeiros – exceção feita ao período da crise de 1994-95 - aportados no México, sua re-inserção na economia mundial pode ser inferida pelo grande incremento do comércio internacional sobre o PIB. A Tabela 2 apresenta o brutal crescimento da importância de exportações e importações para o conjunto da economia mexicana. De cerca de 30% em relação ao PIB na primeira metade

---

As entradas e saídas de recursos parecem atingir a todos indiscriminadamente. Em outras palavras, nos períodos de liquidez, os capitais se espalham pela periferia indistintamente.

[9] Ver em World Bank (2003) a mesma ressalva.

da década de 1980, a soma das importações e exportações do país supera o patamar de 75% do produto interno entre 1994 e 2001.

Tabela 2 - México. Indicadores selecionados

Períodos	1980-85	1985-93	1994-01
Comércio Internacional sobre PIB	**28.1%**	**37.0%**	**75.7%**
IDE das privatizações sobre PIB	1.1%	1.2%	2.9%
Outros IDE sobre PIB	1.1%	1.2%	3.0%

Fonte: Banco Mundial.

Os números da Tabela 3 revelam o crescimento vertiginoso das exportações e importações mexicanas. Esse crescimento parece ser, em grande parte, conseqüência da abertura comercial proporcionada pelo NAFTA. Entre 1988 e 1993 as vendas externas já vinham apresentando rápido incremento, passando de US$30 bilhões para US$51 bilhões, contudo, explodiram efetivamente no período pós-NAFTA. Atualmente o México é o sétimo maior exportador do mundo, superando o patamar de US$160 bilhões vendidos em 2003.

Tabela 3 - Exportações e importações do México

(Milhões de dólares)

Periodo	**Exportação**	**Importação**	**Saldo**
1995	79 541.6	72 453.1	7 088.5
1996	95 999.7	89 468.8	6 531.0
1997	110 431.4	109 807.8	623.6
1998	117 459.6	125 373.1	-7 913.5
1999	136 391.1	141 974.8	-5 583.7
2000	166 454.8	174 457.8	-8 003.0
2001	158 442.9	168 396.5	-9 953.6
2002 P	160 762.7	168 678.9	-7 916.2
2003	164 860.3	170 550.6	-5 690.3

Fonte:Banxico, secretaria de economia e INEGI.

Assim, os dados apresentados concernentes à economia mexicana, particularmente entre os anos 1994 e 2003, deixam poucas dúvidas de que: primeiro, ela voltou a ser palco preferencial de aporte dos IDE e dos investimentos em carteira; segundo, que o comércio exterior tornou-se o "motor" da economia local.

Os recursos financeiros aportados nos anos pesquisados foram majoritariamente canalizados para consumo, sendo preteridos os investimentos produtivos. Os IDE, quando não estiveram associados à aquisição de capacidade já instalada (empresas estatais ou privadas), parecem ter aportado no México dentro da nova lógica das atividades transnacionais, qual seja: produz-se em cada ambiente de acordo com as vantagens comparativas locais, de forma fragmentada; por conseguinte, foram destruídos mercados internos e os elos da cadeia produtiva local, diminuindo os efeitos *para frente e para trás* da produção. Há um setor moderno e internacionalmente integrado na economia mexicana, e um setor interno com poucas conexões com a parte dinâmica da economia local.

Em razão da orientação predominantemente exportadora, os ciclos econômicos locais são quase totalmente determinados de fora para dentro, contudo, mesmo em períodos de elevação das exportações, não há garantias de que a expansão das vendas externas engendre incremento produtivo no conjunto da economia, por conta da dicotomia entre o setor externo e interno da economia do México.

3.3 A dinâmica dos investimentos

Um dos principais argumentos utilizados para justificar as reformas liberalizantes no México foram os supostos incrementos e melhoria da eficiência dos investimentos produtivos que ocorreriam com a liderança das inversões concedida ao mercado. Os agentes privados, em sintonia com as premissas básicas do pensamento econômico ortodoxo, seriam mais aptos a alocar os recursos produtivos do que o Estado. Desse modo, o corte dos investimentos estatais e a desregulamentação da economia seriam condições necessárias e suficientes para pavimentar a estrada do crescimento sustentado mexicano (MORENO-BRID, MATTAR, PERES, 2002).

Olhando retrospectivamente, após quase vinte anos de implementação do MN, é possível verificar a validade de tais expectativas. O fato é que os investimentos não aumentaram,

mas ao contrário, diminuíram como proporção do PIB mexicano. Além disso, segundo Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002), não há qualquer sinal que permita vislumbrar a configuração de uma trajetória ascendente e sustentável da taxa de investimento no México.

Efetivamente, corroborando as expectativas em torno das reformas, a participação do setor privado na formação bruta de capital no México aumentou significativamente. Constituindo apenas 56% do total em 1980-1981, os investimentos privados passam para 76% dez anos mais tarde e 84% no final da década de 1990 (MORENO-BRID; ROS, 2004). Todavia, Moreno-Brid e Ros (2004) chamam a atenção para o fato do aumento da participação privada na taxa de investimento ser mais decorrente da queda da taxa de investimento como percentual do PIB, do que do aumento absoluto dos investimentos particulares.

Tabela 4 - Investimento total no México (como proporção do PIB)

1970-1975	1976-1980	1980-1985	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
21,3	22,3	20,8	19,4	18,6	19,3	14,6	16,1	18,3	19,3	19,9	20,5	19,5	19,3

Fontes: CEPAL e INEGI. In: Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002).

A participação dos investimentos como percentual do PIB mexicano após o início dos anos 1990 só superou 20% uma vez, ao passo que foi constantemente maior do que esse percentual ao longo de todos os anos até o início da década de 1980, como pode ser observado a parir da Tabela 4.

Os investimentos estatais, que no início da década de 1980 chegaram a atingir mais de 10% do PIB, no início da atual década mal superaram 3% da mesma relação. Esse decréscimo significativo dos investimentos públicos, parte importante do MN, não foi compensado por um aumento mais do que proporcional das inversões privadas, como era esperado. Uma das explicações para tal fenômeno reside no fato de que a participação dos recursos privados foi, também no que concerne aos IDE, canalizada para a aquisição de capacidade produtiva já instalada (MORENO-BRID, MATTAR, PERES, 2002).

Moreno-Brid e Ros (2004) atribuem à excessiva retirada do Estado da organização da economia pela redução das taxas de investimento no México após as reformas. Os recursos externos oriundos da re-inserção mexicana no circuito preferencial do grande capital

internacional foram majoritariamente canalizados para o consumo, ao invés de empregados em investimentos. Para os autores, isso ocorreu porque não houve políticas públicas setoriais de incentivo à inversão, já que se acreditava na automática eficiência alocativa do mercado. Os autores também salientam o efeito prejudicial que a diminuição dos investimentos estatais provocaram no conjunto da economia mexicana, uma vez que as inversões públicas são historicamente fomentadoras de externalidades positivas.

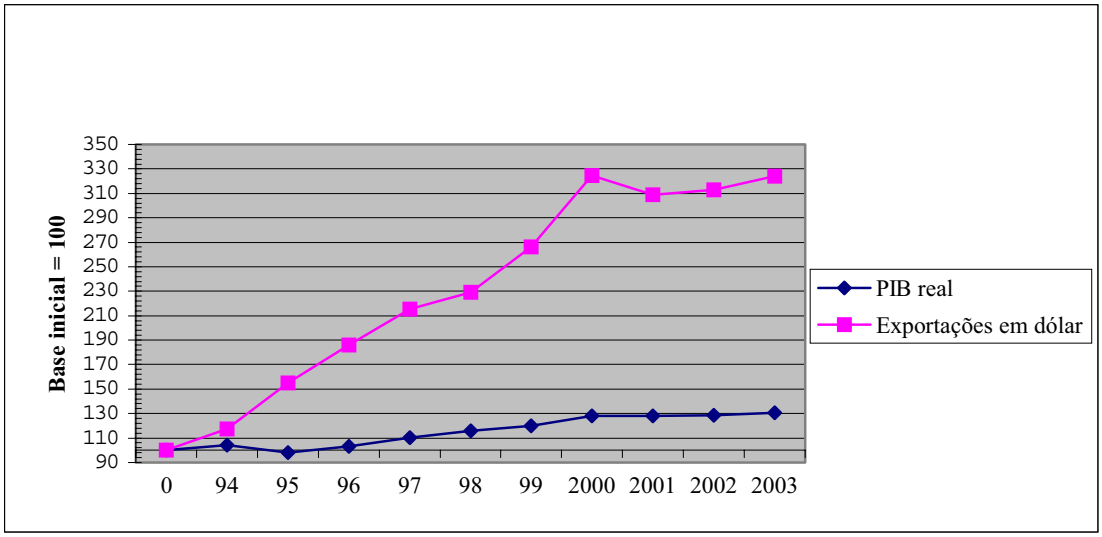
Os números apresentados anteriormente deixam pouca margem para dúvidas. O esperado processo de incremento da taxa de investimento da economia mexicana acabou configurando-se no inverso, ou seja, houve diminuição da proporção de inversões em relação ao PIB após a implantação do MN. O reduzido nível de investimentos, uma das características centrais das economias subdesenvolvidas, mostra-se, hoje mais do que nunca, como um dos principais entraves ao avanço das forças produtivas mexicanas.

3.4 A desestruturação da economia mexicana

A despeito da grande evolução que a economia do México experimentou entre o período pós–Segunda Guerra e o início dos anos 1980, nunca houve uma profunda complementaridade intra-indústrial no país. Destarte, os efeitos multiplicadores oriundos dos encadeamentos produtivos estiveram parcialmente restringidos na economia mexicana, mesmo no período de rápido crescimento (FERREIRA, 1994).

Estratificou-se uma dicotomia entre o principal setor produtivo mexicano – o externo – e o resto da economia, havendo vínculos pouco virtuosos entre ambos, do ponto de vista do aumento da produção. Desse modo, dentre outras implicações da perda de elos na cadeia produtiva do México, destaca-se o fato das vendas externas apresentarem trajetória pouco relacionada com o resto da economia.

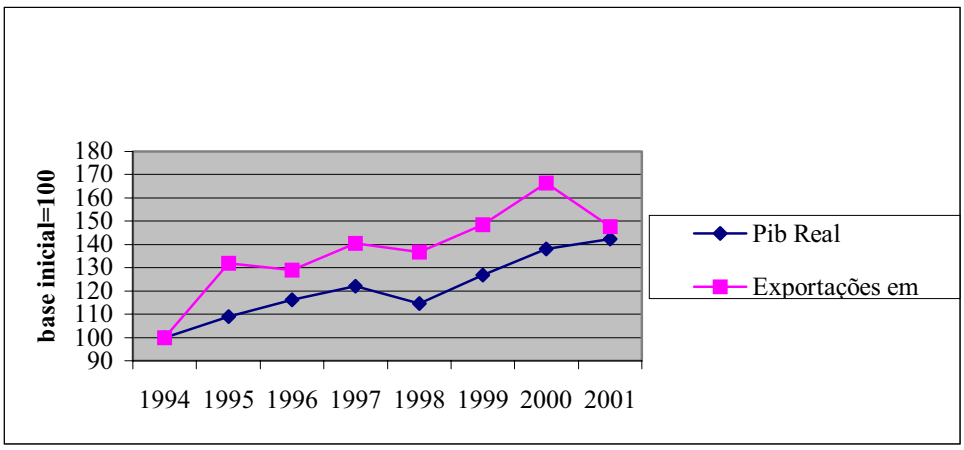
O México e a Coréia do Sul são países notabilizados pelo alto dinamismo do setor exportador. Segundo dados da OECD, o México já supera a Coréia em valor exportado em dólares. Os Gráficos 3 e 4 em seguida apresentam as trajetórias das exportações e do PIB mexicano e sul-coreano, respectivamente, partindo da mesma base. Fica claro no cotejo entre as figuras que, enquanto a produção e as vendas externas sul-coreanas apresentam uma tendência bastante similar, as exportações e o PIB mexicano mostram-se pouco relacionados.



1.1. Gráfico 3 – Evolução do PIB e exportações mexicanas a partir da mesma base

Fonte: BANXICO

O período de rápido aumento das exportações do México – entre 1994 e 2000 - não é acompanhado por uma elevação proporcional do PIB. Por outro lado, quando há estancamento das vendas externas, a economia automaticamente reduz a taxa de crescimento – 2001 a 2003. Portanto, parece que o incremento das vendas externas tornou-se condição necessária, mas não suficiente para a expansão do produto local.



1.2. Gráfico 4 – Comparação entre variação das exportações e PIB sul-coreano, a partir da mesma base.

Fonte: OECD

Um dos argumentos que poderia explicar essa desconexão entre crescimento das vendas externas e incremento do PIB mexicano é o fato das importações caminharem praticamente coladas às exportações, por conseguinte, não haveria formação de saldos comerciais que puxassem o resto da economia. A Coréia, a despeito do que se propaga, também não obteve saldos comerciais contínuos ao longo dos anos observados.[10]

Se a economia mexicana estivesse se tornando mais complexa, o aumento continuado das exportações, mesmo que acompanhado de igual variação das importações, deveria engendrar crescimento mais significativo do produto local através de efeitos multiplicadores internos – como ocorre no caso sul-coreano. Isso é ainda mais dramático pelo fato da economia mexicana ter se estruturado para que sua dinâmica seja pautada pelas vendas externas – ver Tabela 2.

A abertura comercial no México provocou a desestruturação de grande número de mercados internos (MORENO-BRID; ROS, 2004). Por outro lado, no atual estágio da concorrência entre os grandes capitais, os IDE adotam comportamentos diversos daqueles adotadas há algumas décadas atrás. Com a flexibilidade dos meios de produção e a desregulamentação das economias, as empresas transnacionais passaram a fracionar seus processos produtivos. Desse modo, apenas parte do processo de produção é instalada em cada país, até obtenção do produto final. A redução dos custos de produção é levada ao limite, de forma a aproveitar vantagens comparativas específicas de cada país (DUPAS, 2000). Essa estratégia do grande capital internacional faz com que suas instalações mantenham reduzidas articulações com o conjunto da economia do local onde estão hospedados cada fragmento do processo produtivo. É por conta disso que, no México, "apesar do seu dinamismo, muito – se não a totalidade – dos setores e empresas exportadoras carecem de encadeamentos internos, e outras indústrias têm presenciado a desintegração de seus encadeamentos" (MORENO-BRID, ROS, 2004, p. 50).

As vendas externas mexicanas são predominantemente articuladas a grandes empresas, a maioria delas estrangeiras, que possuem reduzidos vínculos com o aparato produtivo

interno. Segundo Mattar e Hernandez (2002), também as empresas que produzem para o mercado interno se abastecem majoritariamente com produtos importados.

[10] Informação da OECD.

Tabela 5 - Exportações mexicanas: total por destino

(Milhões de dólares)

Zona geo-econômica e país	1997	1998	1999	2000	2001	2002 [p]
Total FOB	110 431.4	117 459.6	136 391.1	166 454.8	158 442.9	160 762.7
Associação Latino-americana de Integração (ALADI)	3 737.3	2 992.8	2 172.7	2 890.2	3 026.9	2 609.6
Brasil	703.0	535.7	399.4	517.2	585.0	480.9
Mercado Comun Centroamericano (MCC)	1 114.2	1 282.7	1 258.9	1 364.1	1 444.2	1 421.8
Resto de América Latina	907.0	880.3	838.0	823.7	699.9	725.0
Mercado Común do Caribe (CARICOM)	202.5	225.3	168.8	235.1	239.1	386.4
Canadá	2 156.7	1 521.0	2 391.3	3 353.1	3 069.5	2 806.0
Estados Unidos	94 453.5	103 265.5	120 588.1	147 898.3	140 483.9	143 256.9
Resto de América	710.2	479.9	773.0	1 150.6	1 134.5	1 171.0
União Européia	4 020.3	3 906.6	5 209.6	5 610.2	5 334.1	5 217.7
Otros no declarados de UE	0.0	0.0	0.0	0.1	1.5	3.3
Resto de Europa	465.9	426.8	627.6	814.6	577.2	556.2
Asia (excluido Medio Oriente)	2 178.2	1 894.3	1 891.7	1 906.5	1 915.9	2 085.7

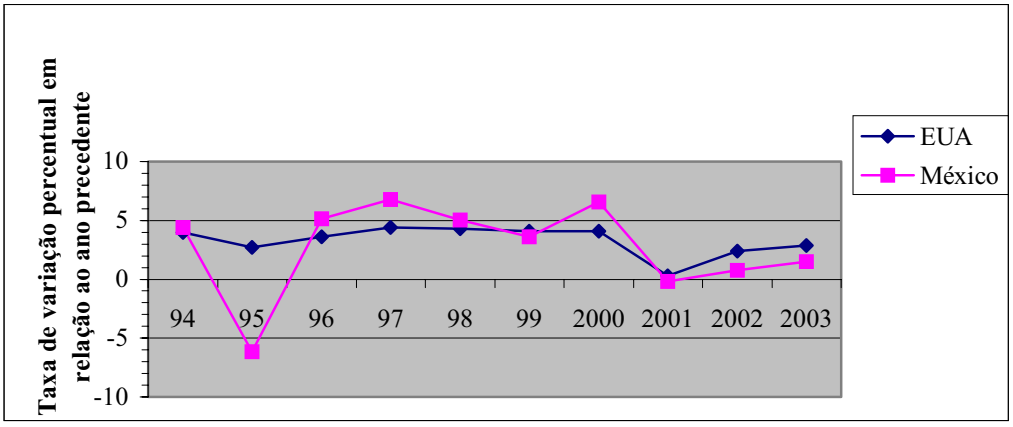
[p] Cifras preliminares.

[a] As cifras referentes a estes países se apresentam conforme a Divisão Política anterior. A partir da informação correspondente a julho de 2000, foram reestruturados os blocos econômicos da Europa, ficando divididos em União Européia e Resto da Europa.

[c] A partir do mês de dezembro de 2000, Rússia Federação e a ex-União Soviética se incluem no bloco Resto da Europa.

Fuente: Grupo de trabajo: SHCP-BANXICO-SE-INEGI. Estadísticas del Comercio Exterior de México.

Outra questão concernente aos impasses da economia mexicana está associada à demanda por suas exportações. O direcionamento da quase totalidade das exportações mexicanas para os EUA, como pode ser observado na Tabela 5, não surpreende. Em si mesmo, o fato da esmagadora maioria das vendas externas mexicanas dependerem da demanda estadunidense não é um problema exclusivo da economia mexicana. Efetivamente configura-se uma situação de brutal dependência do nível de atividade do país vizinho; todavia, o Canadá também é bastante dependente da economia dos EUA e nem por isso deixa de ser um país desenvolvido. O problema é que a qualidade da dependência mexicana não favorece o desenvolvimento local.



1.3. Gráfico 5 Taxa de crescimento do PIB. Desempenho comparado, EUA e México.

Fonte: OECD

A partir do Gráfico 5 é possível observar que a evolução do PIB do mexicano acompanha a trajetória dos ritmos da atividade da economia estadunidense. Contudo, como o Gráfico 5 ilumina, a economia mexicana possui oscilações negativas independentes do contexto econômico dos EUA. A dependência é um atributo local (mexicano).

A principal conclusão do relatório do Banco Mundial (2003) é que o NAFTA tem auxiliado a economia mexicana a reduzir a distância que a separa das economias desenvolvidas. Acontece que a distância entre o México e os EUA não tem diminuído. A renda per capita mexicana em 2001 correspondia a 22% da renda por habitante nos EUA, enquanto em 1981 equivalia a 31%./. Desse modo, em 2001 a distância relativa entre os padrões de vida entre EUA e o México é semelhante à distância de 50 anos atrás (MORENO-BRID, MATTAR,

PERES, 2002). O incremento do produto mexicano em 2002 e 2003 esteve abaixo do desempenho estadunidense, conseqüentemente, a defasagem entre os ganhos por habitante necessariamente cresceram.[11]

Tabela 6 - México: Importações por tipo de bem

(Milhões de dólares)

Período	Total	Bens de consumo	Bens de uso intermediário	Bens de capital
1995	72 453.1	5 334.7	58 421.1	8 697.3
1996	89 468.8	6 656.8	71 889.6	10 922.4
1997	109 807.8	9 326.0	85 365.7	15 116.1
1998	125 373.1	11 108.5	96 935.2	17 329.4
1999	141 974.8	12 175.0	109 269.6	20 530.1
2000	174 457.8	16 690.6	133 637.3	24 129.9
2001	168 396.5	19 752.0	126 148.8	22 495.7
2002 P	168 678.9	21 178.4	126 508.0	20 992.5
2003	170 550.6	21 509.0	128 831.8	20 209.8

Fonte:Banxico, secretaria de economia e INEGI

[11] Vale ressaltar que a taxa de crescimento populacional no México é superior à dos EUA.

Tabela 7 - México: Exportação por tipo de bem

(Milhões de dólares)

Periodo	Total	Bens de consumo	Bens de uso intermedio	Bens de capital
1995	79 541.6	23 252.9	44 184.2	12 104.5
1996	95 999.7	28 412.7	51 190.5	16 396.5
1997	110 431.4	32 915.1	56 909.7	20 606.6
1998	117 459.6	37 959.1	54 814.3	24 686.1
1999	136 391.1	42 312.4	63 845.0	30 233.7
2000	166 454.8	49 048.0	80 756.1	36 650.7
2001	158 442.9	46 541.9	73 288.8	38 612.1
2002 P	160 762.7	42 912.7	74 666.6	43 183.4
2003	164 860.3	39 141.9	81 439.7	44 278.7

Fonte: Banxico, secretaria de economia e INEGI.

As Tabelas 6 e 7 apresentam a dinâmica das exportações e importações mexicanas, respectivamente, entre 1995 e 2003, discriminando-as por tipos de bem. As exportações mais do que dobraram no período. Note-se que elas se concentram cada vez mais em bens intermediários e de capital. Isso sinaliza que o México cumpre papéis especializados nas diversas cadeias produtivas, e que as vendas externas mexicanas são majoritariamente transações intrafirmas. Dupas (2000, p.47) explica como funciona essa lógica:

> Em 1994, a UNCTAD estimava que mais de 30% de todo o comércio internacional era efetuado dentro das corporações (intracorporações transnacionais). Isso decorre do fato de atualmente o processo de produção ter possibilitado um aproveitamento mais eficiente das diferenças de dotação dos fatores nas diversas regiões do mundo, levando as empresas a localizar cada uma de suas inúmeras etapas de produção nos ambientes mais adequados para desenvolvê-las.

Assim, no México as grandes empresas internacionais produzem, em geral, etapas intermediárias da consecução das mercadorias. No âmbito desse processo, as chamadas *maquiladoras*, fábricas dedicadas à montagem de sub-conjuntos de partes e peças ou produtos completos para a exportação, dentro da lógica da sub-contratação internacional

(SCI), cumprem papel preponderante. Mais ainda, as *maquiladoras* vêm avançando sobre a estrutura produtiva mexicana significativamente.

Tabela 8 - Fluxo comercial mexicano: Maquiladoras X não maquiladoras

(Milhões de dólares)

Periodo	Exportação			Importação		
	Total	Maquiladoras	No Maquiladoras	Total	Maquiladoras	No Maquiladoras
1995	79 541.6	31 103.3	48 438.3	72 453.1	26 178.8	46 274.3
1996	95 999.7	36 920.3	59 079.4	89 468.8	30 504.7	58 964.1
1997	110 431.4	45 165.6	65 265.8	109 807.8	36 332.1	73 475.7
1998	117 459.6	53 083.1	64 376.4	125 373.1	42 556.7	82 816.3
1999	136 391.1	63 853.6	72 537.5	141 974.8	50 409.3	91 565.5
2000	166 454.8	79 467.4	86 987.4	174 457.8	61 708.8	112 749.0
2001	158 442.9	76 880.9	81 562.0	168 396.5	59 296.0	110 797.9
2002 P	160 762.7	78 098.1	82 664.6	168 678.9	59 296.0	109 382.9
2003	164 860.3	77 405.2	87 455.1	170 550.6	59 057.5	111 493.1

Fonte:Banxico, secretaria de economia e INEGI.

A Tabela 10 explicita o crescimento das *maquiladoras* sobre as exportações totais mexicanas. De menos de 40%das exportações em 1994, elas passam a ser responsáveis por quase 50% das vendas externas mexicanas em 2003. É difícil questionar o processo de avanço desse tipo de indústria sobre o conjunto da economia mexicana. O número de *maquiladoras* instaladas no México cresceu de 2.405, em 1993, para 4.470, em 1999

(MATTAR, HERNANDEZ, 2002). Kuywama e Lima (2003) demonstram a participação ascendente que as *maquiladoras* vêm obtendo sobre o conjunto do setor manufatureiro mexicano.

A seguinte passagem de Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002, p.32), ilustra claramente o processo que se configurou ao longo da implementação do MN:

> As reformas tiveram o efeito de fazer com que as indústrias não-*maquiladoras* passassem a operar do mesmo modo que as *maquiladoras*. Sob essas condições (de reformas) e, em um contexto de queda das barreiras tarifárias, a sempre crescente importação de insumos, principalmente nos setores voltados para exportação, "*maquiladorizou*" diversos setores produtivos (tradução nossa).

O Gráfico 3 permitiu que fosse observado o grau de desconexão entre o setor externo mexicano e o resto da economia. Posteriormente, a Tabela 8 evidenciou o avanço das *maquiladoras* sobre o total das vendas externas. Poder-se-ia aventar a hipótese de que a desarticulação entre os setores seria passageira, pressupondo uma trajetória de integração gradual das *maquiladoras* relativamente ao resto do aparelho produtivo local. Todavia, não há qualquer sinal de progresso na composição e possível internalização da produção dos produtos ao longo de duas décadas. Lima e Kuwayama (2002) apresentam os seguintes dados: do total de insumos utilizados no processo produtivo das *maquiladoras* mexicanas, 69% eram importados em 1980, em 1990 esse índice chegou a 74%, e em 2001 praticamente não se alterou, oscilando para 73%.

Mattar e Hernandez (2002, p.308) definem bem o processo engendrado na economia mexicana:

> (...) gerou-se uma estrutura dual, na qual prevalece um segmento internacionalmente competitivo, enquanto o restante da economia, em que abundam os pequenos estabelecimentos, apresenta baixa competitividade de produto e enfrenta problemas no levantamento de recursos creditícios, seja nos bancos comerciais, seja nos de desenvolvimento.

Outra contradição configurada com a forma de re-inserção do México na economia internacional é de caráter geográfico. Há uma clara dicotomia entre regiões mexicanas no que concerne ao aporte de IDE (MORENO-BRID, ROS, 2004). O Banco Mundial (2003) mapeou os investimentos estrangeiros e é clara a assimetria entre a zona fronteiriça com os EUA e o resto do país.

Vejamos ainda alguns indicadores selecionados acerca do desenvolvimento mexicano nos últimos anos. Não surpreendentemente, dada a trajetória oscilante da economia mexicana, o PIB per capita no período posterior à assinatura do NAFTA apresentou desempenho sofrível. A Tabela 9 já mostraria que houve reduzido incremento real por habitante. Para piorar o quadro, 2002 e 2003 foram anos de queda do PIB *per capita*.

Tabela 9 – México - Indicadores Selecionados

PERÍODOS	1980-85	1985-93	1994-01
Crescimento real do PIB per capita	-0,2%	1.1%	1.2%

Fonte: Banco Mundial.

Muito se apostou na criação de postos de trabalho por causa do NAFTA, oriundos do aumento do fluxo comercial e de investimentos diretos. Efetivamente, foram criados 500 mil empregos na indústria mexicana entre 1994 e 2002, principalmente nas *maquiladoras*. Todavia, 1,3 milhões de postos de trabalhos foram eliminados na agricultura após a abertura comercial (CEIP, 2003). Há um agravante neste saldo negativo, pois 30% dos empregos criados nas *maquiladoras* na década de 1990 foram deslocados para a China, apenas nos anos de 2001 e 2002 (CEIP, 2003), como conseqüência da lógica dos investimentos deste tipo de sub-contratação, apta para sofrer rápida transferência geográfica.

Tabela 10 - México. Indicadores. Linha da pobreza e salários reais

	Pré-NAFTA		Pós-NAFTA: ano 2000
SEDESOL	22.5% (1992)		24.2%
CEPAL	47.8% (1989)		41.2%
Salários Reais em moeda local	-4,8% (80-85)	3,5% (85-93)	-1,0% (1994-2001)

Fonte: Banco Mundial.

No que diz respeito aos ganhos dos trabalhadores, a Tabela 10 evidencia a queda do poder aquisitivo no período pós-NAFTA. Além disso, segundo a Ceip (2003), os salários no México e nos EUA se afastaram, ao invés de convergir, como seria esperado de acordo com os modelos econômicos hegemônicos. A dicotomia entre o setor externo mexicano e o resto da economia certamente impeliu o rebaixamento generalizado dos salários na economia, pois o parâmetro para fixação dos maiores salários é o setor exportador, e só pode crescer, como observa Moreno-Brid e Ros (2004), com manutenção de baixos salários.

Por fim, houve pouca alteração nos níveis de pobreza no México, segundo a CEPAL e a Secretaria de Desenvolvimento Social do México (SEDESOL). A partir da Tabela 10 vê-se que as mensurações da CEPAL e da SEDESOL, apesar de apresentarem variação inversa, coincidem num ponto, qual seja: houve muito poucas alterações na parcela da população pobre no México após a criação do NAFTA.

5. Conclusão

No México, a re-inserção na rota preferencial do grande capital internacional teve como corolário a desestruturação das cadeias produtivas locais (por causa da abertura comercial e pela forma como os IDE passaram a se instalar após a reestruturação produtiva) e a manutenção de baixos níveis de investimento na economia (os recursos externos não são transformados em inversão, pelo caráter volátil do capital financeiro e dada a incapacidade do Estado atuar como incentivador e promotor da produção local. A economia mexicana é hoje altamente dependente das vendas externas e amplamente desarticulada internamente.

O México efetivamente re-integrou-se ao circuito preferencial do grande capital internacional, o que pode ser inferido pelo montante de IDE aportado e o volume de

comércio exterior em que a economia do país está envolvida. Contudo, os resultados obtidos, por qualquer dos principais índices de avaliação (incremento do PIB, PIB *per capita*, salários, nível de pobreza, entre outros) são, na melhor das hipóteses, bastante questionáveis. Talvez, o aspecto mais positivo, ou ao menos um atenuante dos problemas causados pela forma como o México se inseriu na economia mundial após o abandono do Modelo de Substituição de Importações, está na grandiosidade dos interesses que hoje residem em território mexicano. Como conseqüência do papel importante que o México representa na reprodução desse capital, é provável que não faltem ajudas externas ao país no caso de crises locais, como ficou comprovado em 1994 – não esquecendo o severo arbítrio externo imposto ao país como contrapartida do apoio. Ainda assim, restam dúvidas quanto à perenidade de tal posição, dada a crescente mobilidade dos capitais, mesmo quando produtivos – vide a transferência das *maquiladoras* (e conseqüentemente, dos empregos) para a China apontada pela CEIP (2003).

Enquanto durou o MSI, a despeito dos problemas internos, a economia do país cresceu 6% ao ano, em média. Entre 1994 e 2003 a economia mexicana cresceu a uma taxa média anual de 2,7%, ou pouco mais do que a taxa de crescimento populacional. A emigração para os EUA recrudesceu fortemente entre o início dos anos 1990 e o final da década. O número de mexicanos residentes nos EUA passou de pouco mais de 4 milhões no início da década passada, para mais de 9 milhões ao final do decênio (CEIP, 2003). Além disso, o processo de exclusão social e marginalização de grandes parcelas da população vem fomentando o aumento sem precedentes da violência no país.

Por fim, o debate que envolve geralmente as posições acerca dos modelos de desenvolvimento não deveria tratar simplesmente da defesa de maior ou menor presença do Estado no direcionamento da economia. Se bem que o Estado, numa sociedade capitalista, possa abrandar significativamente as contradições imanentes ao modo de produção do capital, é também possível que um Estado gigante auxilie na reprodução uma sociedade crescentemente injusta, como atestam o Brasil e o México.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO MÉXICO. Disponível em: www.banxico.org.mx. Acesso em: 5 jun. 2004.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração perversa. Política econômica em foco. *Boletim do CECON da Unicamp*. Maio/ago. 2003

BUSTILLO, Inês; OCAMPO, José Antonio. *Asimetrias y cooperación em Área de Libre Comércio de las Américas*. Santiago: CEPAL, 2003.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. Campinas: UNESP, 1999.

CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul:* os (des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994.

CARDOSO**,** Fernando Henrique. Relações Norte-Sul no contexto atual: uma nova dependência. In: BAUMANN, Renato (Org.) O *Brasil e a economia global*. Rio de janeiro: Campus, 1996. p. 5-13.

CARDOSO**,** Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975

CEIP. NAFTA´s promise and reality. Lessons from Mexico for the hemisphere., 2003. Disponível em: <www.ceip.org/pubs>. Acesso em: 5 maio 2004.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão digital*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, Hamilton. *Reestruturação industrial e inserção internacional*: a liberalização conservadora. México – 1982/1992. Campinas: Unicamp, 1994.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional - teoria e política*. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

KUYWAMA, M.; LIMA, José E. Durán. La calidad de la inserción internacional de América Latina y el Caribe en el comercio mundial. In: SERIE Comercio Internacional. Santiago do Chile: Naciones Unidas. Maio 2003.

MÁTTAR, Jorge; HERNÁNDEZ, René A. As políticas macroeconômicas e o entorno jurídico institucional na indústria de exportações do México e da América Central. In: BRASIL, México, África do Sul, Índia e China*:* Diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Unesp, 2002.

MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. México: las reformas del mercado desde una perspectiva histórica. *Revista de La CEPAL*, México, n. 84, 2004.

MORENO-BRID, Juan Carlos; MÁTTAR Jorge; PERES, Wilson. *Foreing investment in México after economic reform*. United Nations: México, D.F, 2002. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 8 ago. 2004.

RIDING, Alan**.** *Vecinos distante*: un retrato de los mexicanos. Cidade do México: Planeta, 1985.

WORLD BANK. Lessons from NAFTA for Latin America and the Caribbean countries. dec. 2003.